

## **PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**

### **Resolução do Conselho do Governo n.º 49/2004 de 13 de Maio de 2004**

Considerando que, na prossecução da política de habitação definida pelo VIII Governo Regional, a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, tem vindo a adquirir terrenos que, depois de urbanizados, se destinam a ser cedidos, em propriedade plena, para efeitos de construção de habitação própria e permanente;

Considerando que a Região Autónoma dos Açores é proprietária dos lotes n.ºs 33, 34, 35, 36, 57, 58 e 59, constantes do Alvará de Loteamento n.º 5/98, da Secretaria da Habitação e Equipamentos, sítos à Lombinha, freguesia de Água D' Alto, concelho de Vila Franca do Campo, inscritos nas matrizes prediais urbanas nos artigos 1093, 1094, 1095, 1096, 1108, 1109 e 1110, respectivamente, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Vila Franca do Campo com os n.ºs 1284, 1285, 1286, 1287, 1308, 1309 e 1310/Água D' Alto, respectivamente.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Conselho do Governo resolve:

1. Autorizar a Presidência do Governo, através do Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, e a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, a proceder à cedência, em propriedade plena, dos lotes n.ºs 33, 34, 35, 36, 57, 58 e 59, constantes do Alvará de Loteamento n.º 5/98, da Secretaria da Habitação e Equipamentos, sítos à Lombinha, freguesia de Água D' Alto, concelho de Vila Franca do Campo, inscritos nas matrizes prediais urbanas nos artigos 1093, 1094, 1095, 1096, 1108, 1109 e 1110, respectivamente, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Vila Franca do Campo com os n.ºs 1284, 1285, 1286, 1287, 1308, 1309 e 1310/Água D' Alto, respectivamente, aos candidatos seleccionados ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 de Agosto, e da Resolução n.º 13/2001, de 15 de Fevereiro.
2. A cessão dos lotes identificados no número anterior será precedida de despacho conjunto dos Secretários Regionais da Presidência para as Finanças e Planeamento e da Habitação e Equipamentos.
3. Do despacho referido no número anterior constarão, obrigatoriamente, os seguintes elementos:
  - a) Identificação do beneficiário;
  - b) Descrição do lote a ceder;
  - c) Fixação do preço do lote infra-estruturado e da percentagem a pagar pelo beneficiário, nos termos do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/95/A, de 22 de Agosto, conjugado com a Resolução n.º 75-B/98, de 2 de Abril;
  - d) Indicação da entidade ou funcionário que outorgará, em representação da Região Autónoma dos Açores, a escritura de compra e venda.
4. O modelo geral da minuta da escritura de compra e venda será elaborado pelos serviços competentes da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.
5. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Velas – São Jorge, 28 de Abril de 2004. - O Presidente do Governo Regional, *Carlos Manuel Martins do Vale César*.